

Saúde investiga utilização de recursos

Secretário diz que equipe do ministério vai encontrar quadro diferente do apontado por auditoria

Karla Correia
de Brasília

O sistema de Saúde do Distrito Federal volta a ser alvo de investigação pelo Ministério da Saúde. O ministro Humberto Costa determinou a instalação de um grupo-tarefa, comandado pelo secretário de Atenção à Saúde, Jorge Solla, para investigar a utilização dos repasses de recursos da União para o DF a partir do dia 4 de fevereiro. Outra auditoria, conduzida pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), se concentrará no setor de hemodiálise e tratamento de pacientes renais crônicos.

Os trabalhos serão conduzidos por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde, do Denasus, da Controladoria Geral da União e do Ministério Público Federal. Irregularidades apontadas em inspeções anteriores no sistema de saúde do Distrito Federal levaram o ministro a pedir o aprofundamento das investigações. De acordo com uma auditoria concluída em novembro, 60% das compras de medicamentos realizadas em 2002 foram feitas sem licitação.

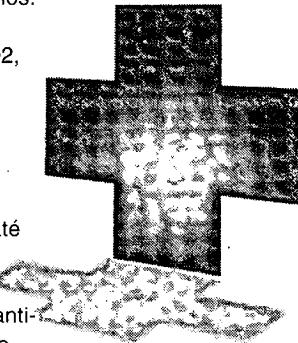
Os estoques de medicamentos excepcionais - de alto custo e uso continuado, como os de tratamento de câncer - foram considerados como abaixo do crítico. Apenas 21, dos 102 itens recomendados pelo Ministério estavam disponíveis para fornecimento. De 87 remédios de atenção básica, 38 estavam com estoque zero. A inspeção constatou também a inexistência de controle de autorizações emitidas

ARTE GAZETA

Resultado da última auditoria

- ✓ A União liberou R\$ 77 milhões ao GDF no ano passado para compra de remédios.
- ✓ No final do primeiro semestre de 2002, 70% da verba já havia sido gasta.
- ✓ 60% das compras de medicamentos foram realizadas sem licitação.
- ✓ Os remédios eram comprados com até 374% de superfaturamento.
- ✓ Foram concedidas 391 liminares garantindo fornecimento de remédios no último trimestre de 2002.

Fonte: Ministério da Saúde



das e pagas de procedimentos ambulatoriais e médicos, e confirmou que não houve insuficiência ou atraso nos repasses de recursos financeiros da União para o Governo do Distrito Federal (GDF).

A auditoria apontou ainda problemas na qualidade do atendimento da rede hospitalar. De acordo com o relatório, existe uma prática estabelecida de fornecer medicação apenas mediante liminar judicial. Entre outubro e dezembro do ano passado, foram constatados 391 casos de ações judiciais referentes a todo tipo de medicamentos, mesmo de rotina. Os resultados foram encaminhados ao governador do DF, Joaquim Roriz, e aos Procuradores da República Marcelo Serra Azul e Humberto Jacques, que irão participar dos trabalhos da

nova inspeção.

Para o secretário de Saúde do DF, Arnaldo Bernardino, os resultados da investigação estão defasados. "A situação já mudou muito desde que a auditoria foi feita", acredita. "Continuamos apresentando problemas, mas a maioria dos fatos apontados pelo relatório já foi resolvida", garante.

A espera de comunicação

Ele ressalta que recomendações importantes do ministério, como a regularização das horas extras e divisão do Fundo de Saúde em contas diferentes, com a discriminação da finalidade da verba, já foram implementadas e mudaram o quadro de irregularidades das contas da área. "Minha expectativa é que o grupo de trabalho venha ajudar ainda mais a

minha equipe na solução de problemas antigos da área, mas o quadro que os técnicos irão encontrar durante as investigações é totalmente diferente do que eles têm conhecimento", afirma. De acordo com Bernardino, a Secretaria ainda não recebeu nenhuma comunicação formal sobre a instalação do grupo tarefa.

No início desse mês, o Ministério da Saúde recebeu da Controladoria Geral da União um relatório sobre a gestão de assistência farmacêutica no DF, acusando superfaturamento nos processos de licitação e falhas nos registros dos pacientes beneficiados. A verba transferida pelo Ministério da Saúde é calculada por um preço padrão dos medicamentos. De acordo com os resultados da auditoria da CGU, a Secretaria de Saúde pagaria até 374% mais caro do que o recomendado pelo Ministério por remédios, comprados por meio de licitações. Ao final do primeiro semestre de 2002, 70% do dinheiro reservado para a compra de medicamentos e material hospitalar já havia sido gasto.

O ministério se comprometeu a oferecer apoio e orientação à Secretaria de Saúde para normas e procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) e disponibilizar especialistas capazes de apresentar soluções para os problemas detectados pela auditoria. Na próxima terça-feira, os integrantes do grupo tarefa irão definir a data de conclusão dos trabalhos e apresentar ao ministro o cronograma das investigações.

kcorreia@gazetamercantil.com.br